

Trabalho Degradado Nas Indústrias de Alimentos no Oeste do Paraná (1980-2009)

Antônio Bosi

Resumo: Este texto expõe resultados parciais de pesquisa em desenvolvimento sobre o processo de industrialização recente no Oeste paranaense e o tipo de trabalho que se constitui nas indústrias de alimentos existentes na região. Atualmente, cerca de 30% da classe trabalhadora formalmente ocupada no Oeste do Paraná concentra-se no setor industrial. Metade desse contingente trabalha em indústrias de alimentos que foram instaladas, em sua maioria, nesses últimos vinte anos. Entre 1996 e 2008, o aumento do emprego nas indústrias alimentícias foi superior a 240%, o que coloca em relevo nesse processo histórico a constituição de uma classe trabalhadora fabril, numericamente importante, em meio a uma economia regional caracteristicamente agrícola. De modo geral, esses trabalhadores têm caracterizado o trabalho industrial que executam (em especial nas indústrias de alimentos) como extremamente *difícil e degradado*. São, em sua maioria, jovens com pouca qualificação profissional e formação escolar, cuja vinculação às indústrias acontece sob forte pressão de um mercado de trabalho com poucas e precárias opções de emprego e ocupações. Nas entrevistas já realizadas, esses trabalhadores destacaram rotinas de trabalho extenuantes e entediadas, reclamaram das extensas jornadas trabalhadas, disseram-se permanentemente exaustos e consideraram a remuneração insuficiente. Entendemos que essa perspectiva construída pelos trabalhadores sobre estas condições sociais é produto de relações mais complexas, vividas no espaço do trabalho e fora dele. Assim, o esforço de pesquisa estará voltado para compreender e analisar como esses trabalhadores percebem e interpretam tais condições, formulam seus juízos e valores, e constroem práticas políticas e estratégias coletivas relativamente a esta quadra histórica. Relativamente à metodologia, nos preocupa fundamentalmente alcançar a experiência social coletiva desses trabalhadores a partir de uma interlocução com as trajetórias dos trabalhadores entrevistados. Este recurso é inspirado no trabalho de Edward Thompson no que se refere a localizar e discutir os traços constitutivos da experiência da classe à medida que esta funda sua base nas percepções das diversas identidades e saberes laborais, o que significa posicionar nossa atenção sobre as situações comuns que são vividas pelos trabalhadores. Como se trata de pesquisa em desenvolvimento, os resultados são parciais e indicam a existência de uma classe que rejeita fortemente sua condição de trabalhador nessas indústrias. A rigor, tentamos saber que cultura de classe está se formando nesta quadra histórica, numa situação em que a condição operária, longe de oferecer algum elemento de prestígio, status ou orgulho ligado ao trabalho, parece sugerir apenas repulsa e negação relativamente à experiência fabril.

Palavras chaves: Frigorífico; Industrialização; Trabalho Industrial.

1. Industrialização Recente e Trabalho Degradado no Oeste do Paraná

Acompanhando as estatísticas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) percebe-se que a industrialização do Oeste paranaense tem se notabilizado pela via das indústrias de alimentos, classificadas como “indústrias tradicionais”. Com uma história de pouco mais de meio século, esta região tornou-se desde cedo importante área de produção agrícola e pecuária. Este retrato só foi alterado recentemente. À exceção da Sadia, instalada na cidade de Toledo em 1964, a maioria dos frigoríficos e fábricas de alimentos localizados na região foram abertos a partir da década de 1980.

Já é relativamente conhecido que parte representativa dessa vaga industrializante deve-se a uma desconcentração territorial das indústrias em âmbito nacional, orientada principalmente para a busca de vantagens fiscais e de uma força de trabalho mais barata, cujo resultado mudou a divisão do trabalho no Paraná. Nos termos dessa nova divisão regional do trabalho, as indústrias de produção de alimentos, particularmente os grandes frigoríficos, vêm consolidando uma nova paisagem econômica e social no Oeste paranaense.

Um histórico estatístico dessa especialização indica o período de 1985 a 2003 como o mais importante nessa mudança (Lima, 2007). Com referência às demais regiões do Estado, a indústria no Oeste especializou-se na produção de alimentos ao longo dos anos 1980, com significativa concentração nas micro-regiões de Cascavel e Toledo, onde estão localizadas grandes fábricas de alimentos e frigoríficos. É neste intervalo de tempo, estendido até o momento atual, que está se formando uma classe operária numericamente expressiva na região. Relativamente ao total dos empregos industriais nessas regiões os índices são relevantes. Com referência no ano de 2008, o número de empregos nas indústrias na microregião de Cascavel registrou 24,6% do número total, e na Microregião de Toledo este índice atingiu 37,4%. Na cidade de Marechal Cândido Rondon cerca de 30,7% dos empregos estão alojados no setor industrial.

Esses números evidenciam uma forte presença operária na composição da classe trabalhadora na região, fato ainda mais saliente dado um contexto de diminuição dos empregos industriais em âmbito nacional, particularmente durante a década de 1990, que destoava do aumento desse tipo de emprego verificado no Oeste paranaense. Também na contracorrente dessa tendência nacional, a região tem registrado um crescimento do emprego formal, principalmente do emprego industrial (Carvalho, 2007). Contudo, sobre isso vale a observação feita por Rinaldo Varussa (2006, p.153-154) de que

O setor industrial instalado na região, notadamente no setor alimentício, tem se caracterizado justamente pelo emprego de trabalhadores com algumas daquelas características identificadas entre os “trabalhadores informais”: baixos salários (o piso se situava em R\$ 400,00, em 2005), pouca exigência de qualificação (a ampla maioria dos empregos criados situam-se nas linhas de produção, no denominado “serviço geral”) e com intensa rotatividade, neste caso, dadas as condições insalubres do serviço, promotor, em muitos casos, de doenças funcionais¹.

A sugestão de Varussa indica a necessidade de examinar a qualidade dos empregos industriais “gerados” no Oeste paranaense a partir de uma hipótese de que o trabalho industrial nesta região já nasce degradado. Tanto no caso dos frigoríficos de abate de aves quanto nas demais fábricas de produtos alimentícios, a caracterização do processo de trabalho é dada por uma baixa densidade do capital constante em proporção ao alto índice do capital variável requerido nessa indústria. Mesmo nos frigoríficos onde há máquinas que funcionam automaticamente no corte de carnes, o trabalho manual em operações mais delicadas como a desossa é volumoso. Em síntese, nos dois casos a maioria dos operários trabalha com

ferramentas manuais sob uma rotina que tem sido narrada por eles como repetitiva, monótona e extremamente cansativa, velhos temas das Ciências Humanas e Sociais.

2. A “nova” velha condição operária

A recrutagem dos operários é realizada entre os jovens, preferencialmente com idade até 25 anos, valorizando as redes informais de indicação como meio de “atestar” a procedência e o comprometimento dos recrutados. A esse respeito, Enegety Tebaldi verificou que aproximadamente mais de 50% dos operários da Faville (indústria de biscoitos sediada em Marechal Cândido Rondon) ingressaram na fábrica por indicação de parentes ou amigos que já trabalhavam na empresa (2009). O que vale ressaltar, no entanto, é o fato de que a qualificação procurada pela empresa não se expressa nos termos de uma formação profissional ou escolar como critério privilegiado, pois mais da metade dos trabalhadores entrevistados por Tebaldi não conseguiu concluir o segundo ciclo do ensino fundamental. A sobreposição da “qualificação” física relativamente à escolaridade pode ser explicada pela necessidade que tem o empresário de contar com trabalhadores fortes, saudáveis e dispostos ao trabalho, com pouca probabilidade de faltar ao expediente devido a uma dor de dente, por exemplo. Estes traços parecem ser mais atrativos no momento da contratação do um currículo constituído por longa e sólida experiência no trabalho ou ainda por uma robusta trajetória da formação escolar e profissional.

Contudo, o ponto de vista de diversas fábricas instaladas no Oeste paranaense sobre a recrutagem não ressalta o vigor contido na tenra idade, mas destaca traços mais subjetivos do que objetivos. Dizem que suas escolhas repousam na capacidade de “comunicação, iniciativa, espírito de equipe, cooperação, organização, relacionamento interpessoal, etc. [dos candidatos], uma vez que o sucesso dos colaboradores na obtenção dos resultados está diretamente ligado a estas características” (Grupo Zadnelo, 2006, p.6). Esta síntese descreve o perfil de trabalhador pretendido pela empresa. Se por um lado ela requisita a inteligência neste tipo de trabalhador, denominado nessa linguagem de “colaborador”, por outro lado já sabemos por meio de numerosa literatura que a subjetividade desses trabalhadores é solicitada *sempre* na perspectiva do aumento da produtividade, isto é, da intensificação do trabalho. Se o roteiro desta discussão orientar-se mais pelas experiências dos trabalhadores que vivenciam tal situação (como procuro fazer) e menos pelas declarações de intenção das empresas, o perfil concretamente buscado pelas fábricas continuaria sendo o de um trabalhador taylorista, identificado por Antônio Gramsci pelas qualidades exigidas do trabalho industrial do início do século XX: “olhos atentos e mãos firmes” (1978).

Ouvindo os trabalhadores falarem sobre suas rotinas no trabalho esboça-se um desenho em nada condizente com o uso autônomo da inteligência e o predomínio da iniciativa individual nas tarefas cotidianas da produção fabril. A esse respeito, tomando como referência a Faville, aproximadamente 60% de seus “colaboradores” atuava, em 2005, como embaladores, num tipo de trabalho definido por Joana como precário, intenso, repetitivo e mal recompensado:

Um dia eu cheguei pra ele [supervisor] e falei: ‘oh, nós estamos ganhando R\$1,75 por hora. Você sabe o que é R\$1,75 por hora?’ Ele não sabia. Ele fez a conta ali na hora. De certa forma eu percebi que ele estava no mesmo nível que eu. (...) Eu falei assim: ‘R\$1,75 eu não tomo um sorvete no final de semana. Faz uma hora que eu tô trabalhando aqui na máquina. A máquina mais rápida mandava na época 52 pacotes por minuto, e esse um pacote é vendido por um real. Qual é o lucro dessa empresa? Eu tô pagando R\$1,00 e pouquinho, mais do que um pacote pra mim por hora?’. Daí ele falou assim: ‘É Joana você tem que ver que você tem garantia, carteira assinada’. Eu falei: ‘Isso é garantia pra mim de alguma coisa? Qual que é o lucro que a empresa tá ganhando em cima do meu trabalho?’. Aí começou a gerar conflitos né? Eu saí da empresa depois porque eu arranjei outro emprego, né?

Não é possível saber se esta conversa aconteceu de fato, mas o mais representativo nela é o sentimento de exploração vivido cotidianamente pela operária. Esta vivência da exploração, traduzida pelo ritmo intenso da produção, alimenta a necessidade de “sair” dessa condição para um emprego melhor. Para outros, a solução é ascender para um cargo de supervisor ou no setor administrativo na própria fábrica. De qualquer modo, este não é um relato solitário. Outra operária acrescentou à má remuneração o trabalho enfadonho (Tebaldi, 2009):

Eu fico no abastecimento. Eu tenho que abastecer pra embalar. Daí tem a máquina que corta os tabletes. Lá, vem um tablete grandão, uns trinta centímetros por cinqüenta. Eu fico uma hora lá. Depois eu fico uma hora no abastecimento e uma no pacote, fazendo a caixa e colocando os pacotes dentro da caixa. Daí eu fico duas horas em cada máquina. E na seqüência você vai então na máquina que corta, na que empacota e no abastecimento. Mas lá você abastece uma hora pro lado de fora, a noite, que de dia é oito horas, quatro horas num lado da máquina e quatro horas no outro. É bem mais ruim, bem mais complicado. Você fica quatro horas num lado dá máquina abastecendo. Até eu tive problema nos dedo, nas costas... assim... inflama. Por isso é ruim de dia, porque fica fazendo o mesmo movimento. Até um dia nós fizemos um cálculo, que de oito horas trabalhadas, nós fizemos o cálculo, dá onze mil e quinhentas vez que nós fizemos o mesmo gesto, com oito horas trabalhadas.

Essas percepções estão distantes, por exemplo, do operário artesão que dominava suas ferramentas e emprestava sua própria inteligência às peças de carro que reparava soldando, polindo, limando, martelando, recriando. Também estão distantes do operário idealizado pelo toyotismo, que deve ser participativo e cujas competências enriquecem e agregam valor à mercadoria produzida. A realidade vivida na Faville é outra. O gesto é ensaiado, medido e repetido de tal modo que a inteligência é tratada como um excesso. Nem mesmo a alternância nas tarefas que compõe a linha de produção é capaz de aliviar o cansaço e espantar o tédio, como pressupõe o ideário do toyotismo.

A prática de transferir supostos anseios e expectativas dos clientes para os operários é um componente importante das formas ditas flexíveis de produção. Do ponto de vista gerencial ela integra a logística que orienta e reorienta modificações nos produtos – bem como novas mercadorias – que são supostamente demandados pelo mercado. Na realidade trata-se de uma das faces do fetiche da mercadoria conforme discute Marx. Contudo, na relação concreta que tal demanda passa a ter com o operário, a obediência ao critério de satisfação do cliente é vivida como pressão e assume o dístico de “qualidade total”. É exatamente o que diz Osvaldo, operário da Faville, entrevistado por Tebaldi:

Chega no final do mês, você não atingiu a meta... alguma coisa assim, eles cobram né? Não atingiu a meta assim e tal. Mas muitas vezes eles não veem o produto que tem ali. Que ali a matéria prima ali na verdade é ruim, é muito ruim. É muito fraca a matéria prima ali, eles que faz rodar e rodar e só isso mesmo, eles falam que tem que rodar e só isso mesmo. Você vai reclamar alguma coisa e tal, farinha ruim e tal. Não importa, tem que rodar aquilo lá.

Esta realidade é compartilhada também por operários de frigoríficos, que compõem a maioria da força de trabalho fabril no Oeste Paranaense. Visando obter o maior peso do frango processado nos frigoríficos de abate de aves, o trabalho é planejado e organizado em quatro grandes fases: (a) o abate; (b) a evisceração da ave; (c) esquartejamento da ave; (d) embalagem e estocagem. Em alguns lugares como o Oeste paranaense a estruturação dessa divisão do trabalho pode chegar a dezoito etapas que compõem toda a linha de produção, possibilitando que a ave seja processada em torno de 50 minutos. Janete Schaufelberger acompanhou de perto esse processo, estando entre os primeiros operários do frigorífico de Aves Copagrill, na sua fundação, em fevereiro de 2005:

Trabalhei por cerca de um ano. Iniciei atuando na produção no setor de Escaldagem/Depenagem como auxiliar de produção, depois como secretária da sala de cortes e por fim, no controle de qualidade como auxiliar do controle de qualidade.

O que me levou a abandonar essa profissão foi a não conciliação entre a realização da graduação e a jornada de trabalho.

Tendo apresentado algum talento para preencher rapidamente postos de trabalho melhor remunerados e aparentemente menos desgastantes, Janete fez questão de registrar o quanto se sentiu valorizada pela empresa. Apesar disso, não se esforçou para fixar ali uma “carreira”, mas desligou-se dela a fim de constituir-se professora de História (ocupação que não é das mais recompensadas), tentando projetar seu futuro fora do espaço fabril do Oeste paranaense. Como historiadora, percebeu que ser promovida de função não estava ao alcance de todos, “até porque seria impossível, pois a maioria da mão-de-obra dessa indústria trabalha na produção como auxiliar de produção”. Filha de colonos, Janete viveu o drama de buscar a sobrevivência na cidade. Quando afirma que “os postos de trabalho [frigoríficos] são preenchidos em grande maioria por pessoas que têm suas origens na agricultura”, ela está se referindo a uma dinâmica social da qual fez parte.

Para quem não consegue vender seu trabalho em melhores condições como Janete, o risco de desenvolver uma Lesão por Esforço Repetitivo (LER) é enorme. Essa doença já se limitou aos digitadores, mas atualmente se alastra como uma pandemia, embora não seja transmissível! Os trabalhadores sentem fadiga sistemática, “queda da performance no trabalho, dor, incapacidade parcial ou total para o trabalho” em função “dos movimentos repetitivos estereotipados e do esforço físico de estruturas delicadas do pescoço, braços e mãos” (Monteiro, 1997). No contexto dos frigoríficos, as baixas temperaturas a que são submetidos os operários tornam menos suportáveis as condições de trabalho, agravando a saúde de muitos e motivando a procura de outra ocupação, ou o pedido de demissão para aqueles que contam com alguma rede de apoio financeiro (família ou amigos).

Atualmente, metade da carne de frango abatida no país é vendida para fora. Os países compradores realizam visitas técnicas às instalações dos frigoríficos para verificar se o abate e a preparação dessa mercadoria seguem padrões de higiene e saúde considerados adequados. Nesses casos, os frigoríficos disciplinam a linha de produção de modo a atestar o padrão da carne, exigindo a adaptação da força de trabalho ao processo produtivo, o que quase nunca acontece sem gerar algum trauma para os operários. A começar pela etapa da evisceração, todos os operários trabalham num ambiente cuja temperatura circula em torno de 7 a 11 °C. Aclimatar-se a esse espaço é considerado pelos operários como algo impossível e o desconforto contínuo é agravado pela umidade que torna os locais de trabalho ainda mais frios.

Na divisão do trabalho, as mulheres geralmente são ocupadas com os cortes mais delicados, e os homens com os cortes mais grosseiros e tarefas que exigem mais força, como a estocagem. Mas na rotina da produção não há diferença. Os sexos são equiparados. As permissões para usar os banheiros são bastante regradas e o ritmo de trabalho, cadenciado pelo chefe de linha, alcança tanto os homens quanto as mulheres. Contudo, talvez o que mais penaliza esses operários seja a exigência de realização dos cortes numa distância do chão e do teto que evita a contaminação da carne, mas que extenua e condena o vigor dos ombros, braços e mãos de quem a corta.

Numa visão técnica do processo de trabalho a desossa manual do frango pode ser feita de várias maneiras, e a definição do “melhor” método para a gerência da empresa depende da melhor produtividade alcançada e do produto que se pretende, ou seja, se é filé de peito, se é coxa inteira, etc. (Lima, 2008, p.11-12). Mas na visão dos operários, a virtuosidade técnica transforma-se em cansaço, monotonia e dores, muitas dores.

A contabilidade dos movimentos de cada operação é nefasta para aqueles que os executam. Primeiramente, depois de anestesiada e morta, a ave vai para o setor de escaldagem. Esta fase é a mais mecanizada da produção porque a escaldagem é realizada numa temperatura média entre 52 e 54 °C para o corpo do frango e entre 70 e 80 °C para os

pés. Então, a ave é limpa por uma série de depenadeiras, seguindo para o setor de evisceração onde são retirados o abdômen, o papo, a traquéia, o esôfago, os pulmões e as vísceras. Por fim, ela é resfriada para 3 °C e cortada por máquinas automáticas que subtraem a pele e separam asas, coxas e peito. O que sobra da ave é então encaminhado para a terceira etapa da produção, o setor de esquartejamento do frango, onde trabalha a maioria dos homens e mulheres. Os operários “refinam” os cortes já realizados por máquina, corrigindo suas “imperfeições”, retirando restos de pele e cartilagem, desossando coxa, sobre-coxa e peito, produzindo o filé para exportação.

Ainda exemplificando a partir das coxas e sobre-coxas do frango, são 4 fases de trabalho: (1) no tempo de 1 minuto, cada operário executa 4 movimentos em cada frango para realizar três cortes, num total de 68 movimentos por minuto, para cortar e separar as coxas e sobre-coxas, depositando-as na nória (uma esteira suspensa que conduz as peças do frango enganchadas); (2) utilizando as duas mãos, os operários retiram 25 peças por minuto da nória, executando 3 movimentos por peça, num total de 75 movimentos por minuto; (3) em seguida, a desossa é iniciada, numa velocidade de 4 peças por minuto, com 11 cortes feitos em 9 movimentos, num total de 80 movimentos por minuto (Sardá, 2008).

Anna Luiza Finkler entrevistou operários de frigoríficos da região de Cascavel e Toledo acometidos por doenças do trabalho e constatou que a maioria deles estava nas empresas há mais de cinco anos. Esta “longevidade” supera o tempo médio de permanência nos frigoríficos, que é de dois anos, mas não é representativa da maioria dos operários. Sobre isso, todos os entrevistados de Finkler, com uma idade média variando entre 26 e 40 anos, se encontravam em estado avançado de desenvolvimento de algum tipo de LER. Perguntados sobre suas rotinas de trabalho os entrevistados apresentaram inequívocas narrativas sobre tarefas simples, mas pesadas e repetitivas (Finkler, 2007):

Os frangos vinham pendurados pelos pés nos ganchos, a cada 10 frangos vinha o meu, o do gancho verde, daí pegava com a mão pela bunda do frango e arrancava a buchada do frango com a mão direita, tinha uma calha para jogar a barrigada.

O frango era grande e gordo, era bem duro para arrancar. [...] Naquela linha os frangos eram enormes, é trabalho de homem aquilo e não de mulher.

Abaixava e levantava toda hora [...] Separava 17, 18 miúdos por minuto.

Esses operários têm que trabalhar a maior parte do tempo de pé. Sua adaptação à esteira de produção é realizada literalmente. Ora de pé, ora sentados, ora agachados, eles são verdadeiros contorcionistas num cenário ausente de aplausos, reconhecimento e recompensa financeira. Seus malabarismos encantam apenas pedaços de carne transformados numa mercadoria que será consumida por muitas pessoas que não têm a mínima consciência de quanta degradação física e mental aconteceu nesse processo:

Meio de pé, meio sentada, não tinha cadeiras para todos. O máximo era uma hora sentada.

A gente senta e reveza, um banco para cada 4 mulheres, mais ou menos meia hora para cada.

(...) na higienização, sempre arcado, tinha que passar por debaixo de calhas e também deitado no chão, de ‘croque’.

Com as costas dobradas, não tinha apoio nos pés, pois não tinha rodapé, e o apoio era as costas, daí trabalhava totalmente dobrado.

Com a coluna dobrada, onde pegava caixa era baixo e carregava muito peso.

Ocupados durante toda a jornada de trabalho, os operários parecem não encontrar poros no tempo da produção. Muitas vezes, tenta-se retardar o ritmo, mas em algum momento daquele dia a “perda” terá que ser reposta. Pequenas migalhas de tempo conseguidas servem para restaurar parcialmente as forças físicas, mas não evitam o desgaste ocorrido ao longo do tempo dedicado àquelas tarefas. E mesmo esses átomos de tempo arrancados à força pelos operários chamam a atenção dos supervisores, tornando o trabalho uma atividade cheia de tensões e sobressaltos:

Em qualquer ambiente na (...) você está trabalhando num ritmo e o chefe pergunta: porque está lento? Quando o chefe vê que tem pausa ele logo manda outro pedido para você fazer.

Trabalhar, trabalhar, tem que mostrar serviço. Um dia comecei a chorar muito de desespero, não tava agüentando, todo mundo queria me fuzilar lá dentro.

A meta sempre aumentava, nunca tava bom do jeito que fazia.

(...) pelo encarregado, a produção não parava no tempo certo e daí nós tínhamos que fazer o serviço bem rápido, porque a produção não poderia parar por muito tempo.

(...) quando engravidei não sei como não perdi minha filha (...), tinha pressão mais por parte do operador para produzir.

Falam que a velocidade é a mesma, que é a gente que conversa demais, mas não é assim.

Escrevendo nos anos 1970, Harry Braverman (1987, p.124) alertou que

A transformação da humanidade trabalhadora em uma ‘força de trabalho’, em ‘fator de produção’, como instrumento do capital, é um processo incessante e interminável.

A condição é repugnante para as vítimas, seja qual for o seu salário, porque viola as *condições humanas do trabalho*.

É difícil estabelecer as “condições humanas de trabalho”. Na Inglaterra, ao tempo da revolução industrial, as cidades tidas como fabris foram lugar de um empobrecimento sem antecedentes, acompanhado de muitas doenças do trabalho tais como “inflamações indeterminadas, inflamações dos pulmões, definhamento físico e debilidade”, além de ter testemunhado a menor média de vida útil para o trabalho até então registrada, algo em torno de 12 anos². Numa comparação direta com a industrialização inglesa da virada do século XVIII para o XIX, a dinâmica ocorrida no Oeste paranaense tem uma temporalidade mais curta, o que torna os processos de aprendizado, execução e rotinização do trabalho ainda mais intensos, encontrando fortes paralelos com experiências de industrialização em regiões cuja principal vantagem para o capital residia (e reside) na abundância de trabalhadores.

E embora possa significar uma fonte de renda para a classe trabalhadora, os impactos da organização do trabalho nessas indústrias na saúde dos trabalhadores têm sido avassaladores. Para os entrevistados de Finkler o tempo de permanência nos frigoríficos até que uma doença do trabalho seja considerada crônica, tornando os operários imprestáveis para as atividades que exerciam antes é, como vimos, é de cinco anos. Nesse sentido, tanto homens quanto mulheres descreveram situações em que perderam a utilidade para o trabalho que faziam: “não tem coordenação nas mãos; (...) não consigo escrever; (...) não tem movimento; (...) não consigo segurar firmemente os objetos; (...) não consigo ficar sentada muito tempo numa posição; não consigo caminhar”. E se ainda não morreram, têm seu cotidiano marcado pela dor:

(...) esquenta o nervo do pescoço, parece que vai arrebentar a cabeça, entro em desespero, corro num lugar escuro e fico.

As mãos inchavam no começo e falavam: ‘ah, depois você se acostuma com a dor’, mas a dor queima, dá físgadas.

(...) quando segura um objeto por muito tempo começa a tremer e amortecer.

(...) tenho dores no corpo inteiro, dor que caminha, como queimação de vapor de panela, a pele fica sensível, queimada, tem caroços nos braços, dedos, punho, canela e nas juntas. É difícil até de sentar.

3. A formação do exército industrial de reserva

Toda essa disposição em contribuir com o capital instalado na região pode não ser suficiente para mobilizar e convencer trabalhadores a empregarem-se nas indústrias alimentícias da cidade. Perplexo com o fato de que metade dos operários da Unidade Industrial da Copagril em Marechal Cândido Rondon esteja sendo recrutada fora do município, o prefeito da cidade (gestão 2009-2112) registrou sua preocupação com o fato, afirmando a intenção de resolver o problema, em matéria publicada no jornal “O Presente”, de 30 de abril de 2009:

Ficamos preocupados com esses dados. Sabemos que há pessoas sem emprego no município. Pensamos que a Copagril é uma cooperativa conceituada e que oferece condições dignas de trabalho. Também temos a consciência de que ela possui atuação em toda a região, mas muitas vezes a distância de locomoção dos trabalhadores não vale à pena. Vamos ajudar a Copagril neste problema e consequentemente colaborar com toda a população.

É um verdadeiro enigma para as classes dominantes. Como é que “pessoas sem emprego no município” não buscam pela Copagril, “uma cooperativa conceituada e que oferece condições dignas de trabalho”? Talvez uma das duas afirmativas esteja errada, ou as duas. Vejamos esta questão em termos sociológicos. Mesmo havendo um exército industrial de reserva em Marechal Cândido Rondon e imediações (o que o patronato costuma chamar de “estoque”) o preenchimento de todos os postos de trabalho nas condições oferecidas, já analisadas, não está garantido. Como responder a isso?

A primeira formulação sobre a “superpopulação relativa de trabalhadores” expressou-se empiricamente a partir do exame histórico acerca da formação do capitalismo na Inglaterra. Karl Marx percebeu a constituição de um contingente importante e numericamente expressivo de trabalhadores sem ocupação fixa que seria parte integrante do funcionamento do capitalismo (Marx, 1988). Esta superpopulação relativa de trabalhadores tendia a aceitar condições de trabalho e de remuneração sempre mais rebaixadas do que as praticadas nas fábricas e empregos regulares. Este fator integrou-se à lógica do capitalismo agindo como elemento central na acumulação capitalista porque não só fornecia o contingente requerido pelo capital (quando necessário fosse), mas também porque mantinha os custos com a força de trabalho a níveis próximos e até abaixo de sua simples reprodução. Contrariando argumentos de que esta população resultava de crises conjunturais da economia capitalista, Marx defendeu a idéia de que esses desempregados estavam completamente integrados à acumulação de capital, ou seja, de que o desemprego é estruturante do capitalismo (Marx, 1988, p.191). Assim, tal conceito fixou-se nas experiências dos desocupados industriais ou que afluíam para as cidades em busca de empregos tipicamente industriais. Por esse motivo, tornou-se mais comum e recorrente o termo “exército industrial de reserva”.

Avaliar o tamanho do exército industrial de reserva em Marechal Cândido Rondon e imediações (distritos e pequenas cidades num raio de 50 quilômetros) é difícil, mas pode ser feito se considerarmos a taxa de desocupação no município. Tomando como referência o ano de 2000, Marcelo Carvalhal analisou dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e notou que a taxa de desocupação foi de 8,13%, menor do que 12,8% correspondentes ao Oeste paranaense (2007, p.86). Contudo, se levarmos mais adiante essa análise, constataremos que a composição da população economicamente ocupada em Marechal contava com o dobro de ocupados “informais” (4,55%) relativamente à média da região, percentual que somado ao índice de desocupados totaliza 12,68%, praticamente equiparando-se ao índice regional de 12,8%.

Além disso, o índice de desocupação seria maior caso a migração líquida fosse positiva, mas não é. Marechal registrou uma perda líquida de população identificada, principalmente, nos períodos de 1986-91 e 1995-2000 (Rippel, 2005, p.149), o que significa que parte de seu exército industrial de reserva tem deixado o município em busca de emprego. Aliás, no Oeste paranaense, Marechal Cândido Rondon apresentou os maiores índices negativos de migração. Entretanto, além desse fator, os 8,13% de desocupação podem ser entendidos também pela expansão do emprego das indústrias alimentícias no contexto da população do município no último decênio.

Relativamente ao ano de 1996, os postos de trabalho preenchidos nas indústrias alimentícias corresponderam a 6,3% do total de empregos em Marechal. Doze anos depois, em 2008, esse percentual elevou-se para 22%. Considerando que nem todas as cidades que integram o Oeste paranaense contam com uma saliente presença industrial, pode-se afirmar

que a desocupação verificada em Marechal Cândido Rondon deveria ser relativamente menor devido à presença significativa de indústrias alimentícias desde os anos 1990. Mas não o é. Decifrar este problema implica reconhecer a viabilidade da hipótese de que parte representativa da classe trabalhadora residente na cidade não quer trabalhar nos frigoríficos porque já experimentou tal situação e não suportou a carga de trabalho, ou começou a desenvolver alguma lesão relacionada ao trabalho. De forma geral, esta primeira aproximação indica que a visão desses trabalhadores sobre o trabalho fabril é negativa.

Um índice que ajuda a esclarecer esta questão está relacionado à motivação dos desligamentos ocorridos nas ocupações que mais contratam no setor alimentício. Desde o momento em que as ocupações de “abatedor”, “alimentador de linha” e “embalador a mão” passaram a se posicionar entre as vinte primeiras ocupações de maior contratação no município de Marechal Cândido Rondon, os desligamentos motivados a pedido dos operários já se mostravam relevantes apresentando uma trajetória ascendente a partir de então. Referida ao ano de 2003 a ocupação de “alimentador de linha” apareceu, pela primeira vez, entre as 20 ocupações que mais contrataram³. De um total de 51 desligamentos, 10 aconteceram a pedido do próprio operário. Em 2007, quando esta mesma ocupação alcançou a primeira posição no ranking das mais contratadas, registrou-se 708 desligamentos, a pedido dos próprios operários, relativamente a um total de 1.129 desligamentos acontecidos naquele ano, o que representou 62,7% das demissões. A tendência verificada na ocupação de “abatedor” não foi diferente. Catapultada pela instalação do frigorífico de aves da Copagrill em 2005, os “abatedores”, que não figuravam entre as 20 ocupações que mais contrataram até aquele ano, estabeleceram-se no primeiro posto em 2007. No ano seguinte, relativamente ao total de 1.318 desligamentos, 783 aconteceram a pedido dos próprios operários, o equivalente a 59,4%. Em 2009, este percentual manteve-se estável em torno de 54 pontos, significando 876 desligamentos requeridos pelos operários num universo de 1.602. Os “embaladores a mão” seguiram o mesmo percurso. Em apertada síntese, considerando uma série histórica de 2003 a 2009, estas três ocupações registraram os maiores índices de desligamentos a pedido dos próprios operários. Na maioria das outras ocupações os percentuais não ultrapassaram 30%.

Uma conclusão acerca deste quadro reforça a ideia de que muitos operários ocupados na indústria alimentícia têm grande rejeição por esses empregos. Os relatos mencionados anteriormente sobre a condição operária vivida por eles caracterizam o trabalho nessas indústrias como extremamente precário e insalubre.

O esgotamento dos recursos humanos tem sido tão rápido na região que tal vantagem pode diminuir rapidamente - ou até desaparecer. Este é um importante problema a ser investigado. Por quanto tempo se estenderá o tipo de exploração do trabalho evidenciado aqui? Os trabalhadores terão condições de opor resistência a esse processo de destruição física da classe? Que tipo de cultura de classe está se formando nesta quadra histórica, numa situação em que a condição operária, longe de oferecer algum elemento de prestígio, status ou orgulho ligado ao trabalho, parece sugerir apenas repulsa e negação relativamente à experiência fabril?

Estas são hipóteses de marcada relevância para um programa de estudos sobre o processo de industrialização no Oeste paranaense que certamente recoloca em exame dimensões fundamentais do mundo dos trabalhadores tais como a vivência do processo de trabalho e das relações de exploração, e a constituição de identidades coletivas de resistência como o sindicato.

4. Considerações Finais

De modo geral, todas as dimensões da vida operária, discutidas ou tocadas nos limites desse texto, necessitam de estudos mais aprofundados. O que se pretendeu aqui foi um ensaio

inicial, beneficiado pelo conjunto de pesquisas e estudos arrolados nas referências, que problematizasse a natureza do desenvolvimento econômico no Oeste do Paraná.

Penso que o discurso do desenvolvimento econômico regional certamente não resiste a um exame pormenorizado da realidade se este for realizado a partir das relações de trabalho vividas concretamente pelos operários. Se este for o foco inicial da pesquisa muitos conceitos como o de “desenvolvimento econômico”, “progresso” e “geração de renda” serão fustigados pelas experiências dos trabalhadores, particularmente dessa jovem classe operária que se forma no Oeste paranaense, e outras dimensões do trabalho industrial aparecerão fortemente, tais como a “exploração” e o “conflito de classe”.

O esteio da família parece assumir uma importância ímpar nesse difícil estratagema, mas há que se investigar outras instituições que têm “ajudado” a suportar o horror da rotina operária na região. A pressão sentida para se empregar também é operada pela racionalidade das classes dominantes a partir de muitas instituições religiosas e civis. Por óbvio que as relações sociais de produção vividas nas fábricas articulam-se fora dela também. Aliás, é essa densidade e complexidade social e política que as classes dominantes esforçam-se para ocultar, simplificando-as à necessidade dos trabalhadores por uma ocupação que é traduzida como dádiva da agroindústria.

Por outro lado, cumpre destacar que muitas práticas têm sido criadas ou revividas pelos operários com o objetivo de que a sobrevivência com salários raquíticos possa ser possível dentro de um tempo que se deseja ser “provisório”. Este tipo de racionalidade não é necessariamente uma demonstração de resistência política, mas coloca em xeque a idéia de que a riqueza “produzida” na região nessa vaga industrializante é para todos. Também começa a cobrar o preço pelo discurso dominante de que o trabalho é digno, agregando a isso a idéia de que “precisa ser melhor recompensado”.

Nesse sentido, os valores coletivos que começam a soldar essa jovem classe operária repercutem em ações trabalhistas, em pequenas iniciativas de paralisação da produção como moeda de negociação da produtividade e das condições de trabalho, e numa organização que lhes defenda. Não se trata obviamente dos dois sindicatos, já devidamente mencionados em nota de roda pé, mas da AP-LER, uma associação cuja existência expressa a face mais dramática do trabalho industrial na região.

Os operários acometidos por LER têm sido os primeiros a opor uma resistência mais clara ao despotismo fabril e às conseqüências da organização do trabalho na região. Esta é mais uma importante dimensão da classe operária que precisa ser atentamente observada e apreendida. Não há dúvida de que a organização política por parte dos que já foram cronicamente afetados pelo trabalho degradado é uma situação desesperadora, mas o fato de que uma reação coletiva mais visível como esta esteja brotando de tal sentimento retoma a esperança de uma narrativa de vida que não se esgote no ato do trabalho degradado, sem sentido e fragmentado. Parece que o que se vê nesse processo histórico é uma luta contra a degradação do próprio trabalhador, conforme o definiu Braverman (1987, p.76-77):

Não é, a rigor, o trabalho que é dividido; mas os homens: divididos em meros segmentos de homens - quebrados em pequenos fragmentos e migalhas de vida; de tal modo que toda partícula de inteligência deixada no homem não é bastante para fazer um alfinete, um prego, mas se exaure ao fazer a ponta de um alfinete ou a cabeça de um prego.

5. Referências

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1987.

CARVALHAL, M.D.. “O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do Capital”. *Pegada Eletrônica*. Vol. 8, N. 1, Junho de 2007. Acesso 20 Fev. 2009. <<http://www.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>

FINKLER, Anna L.. *Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos*. 2007. 95 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Enfermagem. Cascavel. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

GRAMSCI, Antônio. “Americanismo e Fordismo”. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p.311-339.

IPARDES. “Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90”. *IPARDES*. Curitiba: IPARDES, 2003. 95 p. Acesso 29 Abr. 2009. <<http://www.ipardes.gov.br/modules/>>.

_____. “BDE-WEB – Banco de Dados do Estado”. Acesso 17 Mai. 2009. <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index>>.

LIMA, H.J.D. “Abate e Processamento de Frango de Corte”. *PUBVET*, V.2, N.21, Art#236, Mai4, 2008. Acesso 9 Mai. 2009. Disponível em: <<http://www.pubvet.com.br/texto.php?id=236>>.

LIMA, Jandir F.. “Dispersão espacial e alocação do emprego nas atividades produtivas das microrregiões paranaenses”. *Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE/Campus de Toledo*. Toledo/PR, 2007, 21 p. Acesso em 2 Mai. 2009. <<http://www.unioeste.br/mdra/>>.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MONTEIRO, Janne C.. *Lesões por Esforços Repetitivos: Um estudo sobre a vivência do trabalhador portador de LER*. 1997. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.

RIPPEL, Ricardo. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. 2005. 250 p. Tese de Doutorado. Programa de Doutorado em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp.

SARDÁ, Sandro E. “Análise das condições de trabalho nos frigoríficos. Uma contribuição para a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador”. *Seminário Nacional sobre Acidente de Trabalho e Saúde Ocupacional*. São Paulo: Agosto de 2008. Acesso 9 Mai. 2009. <www1.anamatra.org.br/sites/1200/1223/00000412.ppt>

TEBALDI, E.A.. *Relações de trabalho dos operários da Faville de Marechal Cândido Rondon-PR*. 2009. 196 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

TEPAS, D. et al. “The impact of night work on subjective reports of well-being: an exploratory study of health care workers from five nations”, *Revista Saúde Pública*. vol. 38. suppl. São Paulo. Dec. 2004, p.26-31. Acesso 15 Mai. 2009. <<http://www.scielo.org/pdf/rsp/v38s0/>>

THOMPSON, E.P.. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VARUSSA, Rinaldo J.. “Industrialização, trabalhadores e Justiça do Trabalho no Oeste do Paraná (década de 1990): algumas considerações”. *Tempo da Ciência*. v.13, n.35, p.145-156. Toledo: Edunioeste, 2006.

GRUPO ZADNELO. *Revista Grupo Zadnelo*. Ano I. Edição nº1 de 2003.

¹ O salário mínimo em 2005 era de R\$300,00.

² O cálculo foi realizado a partir de informações da idade média de falecimento para grupos de trabalhadores de seis cidades industriais inglesas durante o ano de 1842. Estimei o início de uma vida no trabalho em torno de 10 anos, e subtraí tal idade das médias referentes aos falecimentos por doenças relacionadas ao trabalho. Para acessar tais informações consultar Edward Thompson (1988, v. 2, p.200-201).

³ Todas as informações sobre este tópico foram extraídas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e do Emprego.